

Entre África e Europa: Cabo Verde e a sua estratégia de desenvolvimento *

Isabel Costa Leite
Professora Auxiliar
Universidade Fernando Pessoa

The independence of Cape Verde, in 1975, allowed a long and fruitful relationship with the Communitarian Europe. Due to the cooperation for development policy, under the Lomé Convention which integrated Cape Verde in 1978, various cooperation mechanisms have been implemented in order to promote its endogenous development and insertion in world economy. By profiting from the European Union support to the exports, basic and productive infrastructures, training, education and culture, its development strategy goes through an increasing opening of commerce and external investment that have been contributing to a greater convergence with Europe and a privileged relationship with Portugal.

A independência de Cabo Verde, em 1975, permitiu uma longa e frutífera relação com a Europa Comunitária. No âmbito da sua política de cooperação para o desenvolvimento, e ao abrigo da Convenção de Lomé, a que Cabo Verde aderiu em 1978, diversos mecanismos de cooperação têm sido implementados de forma a promover o seu desenvolvimento endógeno e inserção na economia mundial. Aproveitando o apoio atribuído pela União Europeia às exportações, à criação de infra-estruturas básicas e produtivas, à formação, ensino e cultura, a sua estratégia de desenvolvimento passa por uma crescente abertura ao comércio e investimento externo o que tem contribuído para uma maior aproximação com a Europa e para uma relação privilegiada com Portugal.

Durante cinco séculos como colónia portuguesa, o período revolucionário de 1974/1975 encontrou Cabo Verde numa situação de subdesenvolvimento humano, com uma grave crise alimentar, económica e social a que teve de fazer frente nos anos seguintes. A presença, até então, da administração portuguesa não havia introduzido qualquer sistema capaz de promover o desenvolvimento do arquipélago, limitando-se a suportar alguma ajuda alimentar em épocas mais prejudicadas pela seca.

Com um total de quase 300.000 habitantes, o quadro nacional encontrava-se marcado por uma economia de subsistência com uma agricultura para consumo interno fraca e dependente das chuvas, o sector das pescas ainda artesanal, uma elevada taxa de analfabetismo de 75%, nas áreas rurais a rondar os 90%, uma taxa de natalidade de 2% por ano e uma taxa de mortalidade de 1,2%, ausência de água potável e condições sanitárias (disponível apenas nos centros urbanos) e dificuldades no acesso aos cuidados médicos por falta de pessoal especializado (médicos e enfermeiros). A taxa de desemprego afectava entre 60% e 75% da população activa o que aumentava o forte desejo da população em procurar novas oportunidades de vida no exterior. No âmbito do sector industrial, um reduzido conjunto de actividades caracterizava este período: pesca para exportação, exploração de salinas, construção

* Comunicação apresentada na Conferência Internacional Ásia/África, Porto, UFP, em Novembro de 2004.

naval no Mindelo e o funcionamento do aeroporto internacional do Sal. O sector dos transportes enfrentava sérias dificuldades pela ausência de infra-estruturas rodoviárias e marítimas o que constituía um forte bloqueio ao desenvolvimento da indústria, turismo e comércio (Andrade, 2002, 266-267).

A independência de Cabo Verde, em 5 de Julho de 1975, colocou o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), partido único no Governo, numa posição determinante quanto ao futuro desenvolvimento do país (Document de Stratégie de Coopération, 2000, 14).

A adopção de sucessivos programas nacionais, respeitadores do dirigismo estatal e de uma economia planificada, mostrou a preocupação dirigida aos problemas mais graves como a educação, a saúde e o desemprego pelo que a política de desenvolvimento considerava a necessidade de articular o crescimento económico com medidas de protecção ambiental e resolução dos problemas económicos e sociais presentes em todo o arquipélago (Andrade, 2002, 268).

O PAICV, criado em 1980, após ruptura com o Partido da Guiné-Bissau, manteve-se no Governo como partido único até 1990. Durante este período, através do 1º Plano de Desenvolvimento (1982-1985), os objectivos dirigiram-se à melhoria das condições de vida da população e desenvolvimento das infra-estruturas básicas como a agricultura, transportes, comunicações e indústria. A promoção da literacia e da educação para a saúde assim como o incentivo à criação de actividades económicas tornaram-se medidas prioritárias.

No período 1986-90, o 2º Plano de Desenvolvimento continuou a reforçar os objectivos anteriores e começou a preocupar-se com a posição económica de Cabo Verde relativamente ao contexto mundial, dirigindo-se ao equilíbrio económico nos sectores da pesca, turismo e serviços. Simultaneamente, novas medidas foram introduzidas no sentido da redução das disparidades regionais e sociais. Entre 1976 e 1990, verificou-se uma evolução muito positiva no crescimento económico com o registo médio de 6% ao ano. A inflação diminuiu significativamente de 21% para 3,5%, entre 1983 e 1988 (Andrade, 2002, 272).

Em meados dos anos 80, foram introduzidas algumas reformas administrativas no sentido de uma liberalização gradual da economia com medidas de apoio ao sector privado e financiamentos a pequenas unidades empresariais. No final dos anos 80, começou a verificar-se a transição para um sistema político multipartidário por força da intervenção de membros do partido mais abertos ao modelo de liberalização económica e política (Andrade, 2002, 269). Este processo contou com uma forte influência do contexto internacional como factor dinamizador – queda do comunismo na URSS e abertura dos regimes na Europa de Leste acompanhados por pressões da comunidade internacional quanto ao respeito pelos princípios democráticos.

Em Setembro de 1990, a Constituição foi alterada no sentido de permitir o multipartidarismo político o que foi seguido pelas necessárias reformas legislativas quanto à definição legal dos partidos políticos, introdução do sistema eleitoral proporcional (Método de Hondt) e o acesso dos partidos políticos aos meios de comunicação públicos. Neste seguimento, um novo partido, o Movimento para a Democracia (MPD), foi criado em 1990 e ganhou as

eleições legislativas de 1991. Também nas eleições presidenciais, realizadas em Fevereiro de 1991, ganhou o candidato do MPD, António Mascarenhas¹.

Após 1991, o MPD introduziu reformas no poder público central e local, transferindo competências no âmbito dos recursos humanos, materiais e financeiros tais como a decisão sobre impostos locais, aprovação de projectos de desenvolvimento locais e supervisão de serviços públicos. De acordo com o 3º Plano de Desenvolvimento (1992-95), importantes medidas económicas foram adoptadas no sentido de uma maior liberalização da economia e redução da pobreza e desemprego, descentralização do desenvolvimento económico, privatização das empresas públicas, redução do défice orçamental em relação ao PIB, estabilidade da inflação e equilíbrio do comércio externo (Andrade, 2002, 273). No âmbito do desenvolvimento humano, as prioridades continuaram voltadas para a saúde, educação, nutrição e protecção ambiental.

Com um segundo mandato em 1995, o MPD manteve-se no Governo até às eleições de 2000. Um novo reforço nos processos de descentralização, privatização e liberalização foi implementado por meio de recentes reformas do sistema financeiro, judicial e parlamentar tal como foi estabelecido no 4º Plano de Desenvolvimento (1997-2000).

O crescimento económico deve-se, sobretudo, à contribuição do sector dos serviços e que se tem mostrado ainda insuficiente na importante missão da criação de emprego. Na estrutura da economia cabo-verdiana, em 1999, a agricultura representava 12% do PIB (14,9% em 1979), a indústria 16,4% (20,6% em 1979), a manufactura cerca de 8,5% e os serviços 71,6% (64,5% em 1979) (Banco Mundial, 2000)². O sector primário continua a absorver a maioria da população activa (47%) o que evidencia a fraca produtividade da agricultura e pesca. Apesar da criação de cooperativas de incentivo à actividade económica e criação de trabalho, no final dos anos 70, essa iniciativa foi substituída pela dinâmica do sector privado. Com evidentes resultados, o desemprego mostra-se ainda um grave problema económico-social agravado pelo crescimento da população em 2 a 2,5%³ por ano e pela diminuição da emigração cabo-verdiana que já não encontra necessidade de mão-de-obra não qualificada nos destinos tradicionalmente mais procurados como a Europa e os Estados Unidos (Andrade, 2002, 283).

O desemprego que atingia 26% da população activa alertou para a urgência de novas orientações o que, durante os anos 90, conduziu à necessidade da modernização da economia e redução das disparidades regionais, agravadas pela sua estrutura insular. A abertura das fronteiras e a articulação entre competitividade e desenvolvimento equilibrado tornaram-se o fio condutor de uma nova estratégia de crescimento conduzindo à promoção da educação e da formação profissional assim como ao aumento do investimento produtivo externo.

Na área da educação, assistimos a uma redução do analfabetismo total de 37,2% em 1990 para 25,2% em 2000 (entre os homens reduziu de 25,2% para 16,5% e entre as mulheres de 47% para 32,8%) (INE, Censo 2000). No entanto, os resultados mantêm-se ainda muito díspares entre as ilhas do arquipélago pois 70% dos professores encontram-se em cidades como Praia e Mindelo. Após 1991, o ensino foi reforçado na área da formação profissional e

¹ O MPD obteve 62% dos votos contra 32% do PAICV. António Mascarenhas obteve 75% dos votos.

² In Cap-Vert-Communauté Européenne, Document de Stratégie de Coopération pour la période 2001-2007.

³ O número médio de filhos por mulher é de 4. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, Censo 2000.

qualificação⁴ e, verificando-se uma taxa de analfabetismo de 70,9% entre a população com mais de 60 anos (INE, Censo 2000), foi introduzida a educação de adultos com a revisão do sistema educativo e criação de novos materiais didácticos. Diversas entidades de formação cuja acção se dirige ao emprego têm contribuído para a dinamização de uma área tão deficitária em Cabo Verde⁵. Neste sector, o país tem contado com o apoio de diversos projectos no âmbito da cooperação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional português através da deslocação de formadores e pessoal técnico a Cabo Verde e da vinda de formandos cabo-verdianos a Portugal. Em 2000, foi criado o Programa Regional de Emprego (PREP) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) dando origem ao centro de formação do terciário e ao centro para a construção civil que, no entanto, e de acordo com António Ferronha, mostram resultados muito limitados por falta de coordenadores no terreno (Ferronha, 2001, 136-137).

Devido à sua insularidade, o ensino à distância tem surgido como um promissor caminho na promoção da educação em Cabo Verde. O desenvolvimento dos *media* (rádio e televisão) e a introdução das novas tecnologias de informação (Internet)⁶ podem constituir um determinante factor no desenvolvimento regional o que é mostrado pela “correlação directa entre as expectativas de desenvolvimento económico de um país e a densidade da sua rede de telecomunicações” (Torres e Ferreira, 2001, 62). O desemprego tem vindo, assim, a decrescer tendo-se registado uma taxa total de 17,4%, em 2000.

Também aqui, podemos considerar a educação para a saúde, pois continuam a verificar-se graves problemas nutricionais que, frequentemente, constituem causa de morte⁷. O solo arável corresponde apenas a 10% da superfície total do país e a produção agrícola e haliêutica representa 10% a 15% das necessidades nutricionais mantendo-se em permanente défice estrutural. A assistência médica apoiada pelo Estado tem sido igualmente acompanhada por organismos externos no campo da saúde e nutrição. Os recursos médicos e o material necessário ainda se mostram muito insuficientes o que é agravado pelo aparecimento de novas doenças e pelo facto do fornecimento de água potável e das condições sanitárias não estarem disponíveis em todas as ilhas (infra-estruturas financiadas pela ajuda pública internacional e projectos de cooperação da UE). A protecção das crianças, com a introdução de vacinas, e o apoio no planeamento familiar e na gravidez das mulheres têm contribuído para um decréscimo na mortalidade infantil tendo passado de 53 por mil, em 1992, para 29,1 por mil, em 1999, considerando-se, ainda, muito elevada. A melhoria nos cuidados de saúde primários, a educação nutricional e a formação têm sido as prioridades de diversos organismos públicos externos e de organizações não governamentais⁸.

⁴ 27,8% dos trabalhadores são não qualificados. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, Censo 2000, 17.02.2003

⁵ Temos, como exemplo, o Fundo de Promoção do Emprego e Formação Profissional e o Instituto do Emprego e Formação cabo-verdianos.

⁶ Em 1998, existiam 98 linhas telefónicas por 1.000 pessoas em Cabo Verde. De acordo com informação do PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 2000 referido em Adriano Moreira (Coord.) (2001). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, p. 62.

⁷ Em 1999, verificou-se uma taxa de mortalidade geral de 6,6 por mil. A esperança de vida é de 68,9 anos.

⁸ Temos o exemplo dos projectos desenvolvidos pela Lux-Development, organismo de cooperação, semi- privado, responsável pela ajuda atribuída pelo Luxemburgo aos países em desenvolvimento. Em 2002, dirigiu 12,7% do seu apoio a Cabo Verde para fins como electrificação, habitação social, construção de escolas, infraestruturas rodoviárias, ajuda alimentar, programas de saúde pública e extensão da unidade cirúrgica do Hospital, na cidade da Praia.

A abertura ao investimento externo tem contribuído para uma importante dinâmica na actividade económica de Cabo-Verde. A privatização de empresas públicas por empresas estrangeiras, em que o Governo conserva uma parte, permitiu a modernização e um forte investimento no sector dos serviços como a banca e os seguros, da energia e da construção. De notar que são, sobretudo, empresas portuguesas a participarem no processo de privatização⁹ de que temos como exemplos a Cabo Verde Telecom (40% da Portugal Telecom), a Enacol (32,5% da Petrogal), Banco Comercial Atlântico (CGD e Banco Inter-Atlântico com 52%), Garantia (CGD e BIA com 46%), Promotora (CGD e BIA com 41%), Electra (EDP e IPE com 51%) e CECV (Montepio e Impar com 40%) (Torres e Ferreira, 2001, 98). O restante investimento externo dirige-se a sectores como os têxteis, o vestuário e o turismo. Dois novos processos de privatização serão ainda dirigidos à companhia aérea TACV e à empresa pública de importação e distribuição EMPA.

O investimento externo total atingiu o maior montante em 1999 com 53 milhões de dólares, reduzindo para 34 milhões em 2000, 9 milhões em 2001 e voltando a aumentar para 12 milhões em 2002 e 14 milhões em 2003 (UNCTAD, 2004). Entre 1994 e 1999, Portugal deteve 46% do investimento externo total sendo 1999, o ano do maior volume de investimento português com 39.620 milhares de Euros (ICEP, 2004).

Em 2003, foram aprovados 30 projectos de investimento externo provenientes de Estados membros da União Europeia, encontrando-se a Itália em primeiro lugar, seguindo-se Portugal e a Alemanha¹⁰. O montante global ronda os 42.249.811 Euros e os projectos dirigem-se aos sectores da hotelaria, imobiliária, pesca, indústria, serviços turísticos, telecomunicações, agricultura e comércio. A ilha do Sal é a que absorve a maior parte do investimento detendo 48,4% do total (Promex, 2004).

Na sequência dos investimentos portugueses realizados em Cabo Verde, 80% das suas exportações dirigem-se a Portugal. A Balança Comercial Portuguesa com Cabo Verde mostra uma evolução, entre 1997 e 2001, de 6,66% nas exportações e 0,84% nas importações. Em 2001, Portugal exportou 135.757 milhares de Euros enquanto que o valor das importações provenientes de Cabo Verde foi de 9.504 milhares de Euros¹¹.

Na relação com a União Europeia, Cabo Verde tem um saldo comercial bastante deficitário encontrando-se, ainda, muito dependente da importação de bens alimentares, petróleo, medicamentos, motores e aparelhos eléctricos e outros, o que, em 2003, constituiu um total de 223.919 milhares de Euros. Por sua vez, as exportações cabo-verdianas consistiram, sobretudo, de partes de calçado, vestuário de homem (blusões, calças, pijamas), crustáceos e mariscos e filamentos eléctricos, entre outros, totalizando, no mesmo ano, 19.833 milhares de Euros (Eurostat, 2004). No global, a situação inverteu-se substancialmente quando, em 1993, 75% das suas exportações eram constituídas por produtos de pesca e apenas por 12,5% de produtos industriais e em 1999, 77% das suas exportações passaram a ter origem em produtos de indústria ligeira (sapatos e confecção) e apenas 16% dependeu da pesca (exportação de

⁹ Em 1997, o investimento directo estrangeiro em Cabo Verde foi, quase na totalidade, proveniente de Portugal.

¹⁰ Seguem-se, ainda, a Suécia, a Espanha, a França, a Áustria, a Bélgica e o Reino Unido.

¹¹ Valores do INE, em ICEP – Portugal, Ficha de Mercado – Cabo Verde, Julho 2002.

banana com muito pouco significado no total) (Document de Stratégie de Coopération, 2000, 16).

As fortes relações económicas com Portugal e, simultaneamente com a União Europeia no seu todo, levaram o Governo cabo-verdiano, em 1998, a decidir sobre a convertibilidade do Escudo cabo-verdiano em paridade com o Euro, mantendo-se o câmbio fixo em 1 Euro = 110,264 CVE (ICEP-Portugal, 2002). Esta situação trouxe vantagens nas relações comerciais com a União Europeia assim como no investimento externo, garantindo uma maior confiança decorrente da inexistência de flutuação cambial.

O crescimento sustentado da economia cabo-verdiana encontra-se fortemente dependente da estabilidade dos equilíbrios macroeconómicos, da garantia de convertibilidade da moeda e da manutenção da estabilidade da taxa de câmbio devendo, assim, aproveitar as recentes oportunidades no âmbito do investimento externo, turismo e serviços através de políticas coerentes (Document de Stratégie de Coopération, 2000, 18). De notar que a contribuição do turismo para a economia do país correspondia apenas a 1,2% do PIB em 1995, passando para 5,2% do PIB em 1998, mostrando um crescimento anual de 22% entre 1997 e 1999 (Document de Stratégie de Coopération, 2000, 12). No entanto, este sector ainda se depara com dificuldades devido à ausência de infra-estruturas hoteleiras adequadas, deficiente formação de recursos humanos, falta de infra-estruturas no domínio da energia, água e saneamento e elevado custo dos transportes internacionais.

Por outro lado, as remessas dos imigrantes constituem uma importante receita que ajuda ao equilíbrio do seu orçamento. Nos últimos anos, as transferências dos emigrantes representam cerca de 14% do PIB. Como exemplo, só no 1º semestre de 2004, as remessas totalizaram o montante de 34,3 milhões de Euros, dos quais, 9,04 milhões tiveram origem nos emigrantes cabo-verdianos residentes em Portugal¹². No entanto, a contribuição dos emigrantes poderá diminuir devido à adopção de políticas restritivas em matéria de imigração nos países de acolhimento e distanciamento das novas gerações relativamente ao seu país de origem (Document de Stratégie de Coopération, 2000, Appendice 2).

Em 2001, o PAICV voltou ao poder ganhando as eleições legislativas assim como as presidenciais¹³. A rotatividade política como resultado dos actos eleitorais mostra o efectivo funcionamento do sistema democrático nas mais diversas vertentes em Cabo Verde o que o torna como exemplo no processo de democratização dos países africanos¹⁴. Tal como refere Elisa Silva Andrade “The gains derived from the country’s transition have been important. There is now a framework of pluralist political rights, human rights, protection and acceptance of political, cultural and religious diversity which ensures the strengthening of democracy” (Andrade, 2002, 271).

O Governo do PAICV, partido de cariz socialista, prossegue as linhas orientadoras do Governo anterior. No seu programa para a legislatura 2001-2005, define como objectivos a luta

¹² “Cabo Verde, Emigrantes em Portugal são os que mais remessas enviam para o país” in www.noticiaslusofonas.com

¹³ Tendo José Maria Neves como Primeiro-Ministro e Pedro Verona Rodrigues Pires como Presidente da República.

¹⁴ Cabo Verde nunca é referido nos relatórios da Amnistia Internacional que chamam a atenção para os países onde persistem situações de violação dos direitos humanos.

contra a pobreza e a diminuição da taxa de desemprego. No Programa de Acção Nacional (2001-2010), Cabo Verde é considerado um país aberto ao exterior em que a economia se deve apoiar num sector de serviços competitivo no mercado internacional e recursos humanos capazes. O desenvolvimento deve englobar todas as ilhas num processo equilibrado apoiado numa sociedade dinâmica e democrática.

A sua estratégia passa pela manutenção do equilíbrio macroeconómico para garantir a estabilidade de preços e de rendimentos, a credibilidade no exterior, a confiança dos investidores privados, a competitividade da economia e a adopção de uma política orçamental e fiscal que permita reduzir o défice público e consolidar a convertibilidade do escudo cabo-verdiano; prosseguir a privatização das empresas do Estado, a promoção do sector privado nacional e aumentar a diversidade de parceiros para evitar situações de monopólio; modernização do sector privado, promoção das exportações e o desenvolvimento das parcerias favorecendo o investimento externo; aumento dos serviços básicos como a distribuição de água potável, saneamento e energia para o desenvolvimento das infra-estruturas; valorização dos recursos humanos em todos os níveis de educação, qualidade do ensino e formação profissional adequada ao mercado; reforço da descentralização a favor dos municípios no âmbito dos recursos humanos e financeiros; apoio ao sector do turismo melhorando a prestação de serviços, a promoção dos transportes e a diversificação da oferta.

O sector da energia, cuja fonte provém essencialmente do petróleo importado cobria 25% do país em 1990 passando para 60%, em 2000. O Governo estabeleceu, como objectivo, assegurar uma cobertura de electricidade entre 65% e 98% segundo os Municípios, em 2005. O desenvolvimento das energias alternativas constitui igualmente uma aposta devendo a energia eólica, que constitui 10% da energia fornecida, passar para 20%, proximamente.

No âmbito da valorização dos recursos humanos, o ensino primário (6 anos) já é obrigatório tendo atingido uma taxa de escolarização de 98,5 %. No entanto, as dificuldades encontradas mostram a necessidade de aumentar a rede de infra-estruturas escolares, o seu equipamento assim como o acesso aos manuais escolares e a qualificação e reciclagem dos professores. Para promover e integrar a população na nova sociedade da informação, seguindo o rumo das economias mais avançadas, o Governo pretende introduzir o contacto com a informática no ensino primário e com as tecnologias de comunicação no ensino secundário tal como a aprendizagem de uma língua estrangeira no ensino básico. No ensino superior, diversos institutos superiores e uma Universidade (em parceria com o Instituto Jean Piaget de Portugal) oferecem cursos em áreas estratégicas e de grande necessidade no mercado como Gestão de Hotelaria e Turismo, Ciências da Saúde, (Enfermagem, Fisioterapia, Saúde Pública), Ecologia, Arquitectura, Economia/Gestão, Serviço Social, Informática; Engenharia (Electrónica, Mecânica) Ciências Náuticas, Línguas, História, Psicologia e Sociologia¹⁵. O Governo pretende, ainda, criar a Universidade Pública de Cabo Verde, processo que conta com o apoio do governo português e que deverá estar concluído em 2008¹⁶.

¹⁵ Referimo-nos a entidades de ensino superior com a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, o Instituto Superior de Educação e o Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça

¹⁶ “Cabo Verde, Cooperação portuguesa na área da educação ascende a 27 milhões de Euros” in www.noticiaslusofonas.com, consultado em 03.11.2004

No sector da saúde, a prevenção da saúde e a protecção materno-infantil tornam-se os grandes objectivos da intervenção do Governo. A sua política dirige-se, após 2001, ao controlo das doenças endémicas e epidémicas, formação e especialização de pessoal médico e de enfermagem, redução da maternidade precoce e planeamento familiar, melhoria do sistema de informação, educação e comunicação e promoção de uma medicina privada de qualidade ((Document de Stratégie de Coopération, 2000, 13). Estas intervenções encontram-se dentro das prioridades estabelecidas pela cooperação internacional pelo que têm sido apoiadas por diversos programas e projectos de organismos internacionais.

Devemos valorizar as opções nacionais dirigidas a uma estratégia voltada para a abertura ao exterior e dinamização da actividade económica aproveitando todas as suas potencialidades endógenas. No entanto, não podemos esquecer que o seu gradual sucesso se encontra associado, em simultâneo, a múltiplas formas de intervenção por parte de organismos internacionais, públicos e privados, que têm implementado importantes programas de apoio ao desenvolvimento cabo-verdiano nas suas variadas vertentes.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Cabo Verde encontrava-se, em termos de Índice de Desenvolvimento Humano, em 123º lugar em 1994 e em 91º lugar em 1999, tendo obtido, por meio da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), globalmente, um apoio crescente entre 1992 e 1998, com 119,0 milhões de dólares e 129,8 milhões de dólares, respectivamente (PNUD, 2000 e 2001). A APD representa, em média, 20% do PIB do país.

Em 2002, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estabeleceu o “Poverty Reduction and Growth Facility”, no montante de 11 milhões de dólares para apoiar o Plano de Desenvolvimento Nacional no período 2002-2005¹⁷. No mesmo sentido, o Banco Mundial tem efectuado diversas intervenções na gestão macroeconómica, redução da dívida externa, consolidação das reformas no sector privado, redução da pobreza, desenvolvimento dos recursos humanos e infra-estruturas (parques eólicos, equipamentos fotovoltaicos, distribuição de água na Praia).

Em articulação com os planos nacionais, encontramos diversas contribuições oriundas da União Europeia, no âmbito das Convenções de Lomé e Cotonou, e atribuídas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), pelo Banco Europeu de Investimento e, bilateralmente, pelos próprios Estados membros.

A Comunidade Europeia tornou-se o maior contribuinte para o desenvolvimento de Cabo Verde, ao longo dos últimos 25 anos. No âmbito da Convenção de Lomé, Cabo Verde já recebeu um montante de cerca de 193,5 milhões de Euros¹⁸ assim como transferências STABEX para compensar a diminuição do valor das exportações de bananas (relativamente ao estabelecido nos anos 90), ajuda alimentar e fundos da Agência Humanitária da UE (ECHO)

¹⁷ ICEP – Portugal, Ficha de Mercado, Cabo Verde, Julho 2002; International Monetary Fund, Cape Verde: Poverty Reduction Strategy Paper, Preparation Status Report, September 2004 (IMF Country Report nº 04/302).

¹⁸ Lomé II – 37,5 M Euros ; Lomé III – 49,7 M Euros ; Lomé IV – 53,1 m Euros e Lomé IV bis – 53,2 M Euros distribuídos pelos seguintes sectores : Água e saneamento, energia, infraestruturas rodoviárias, gestão urbana, saúde e educação, apoio institucional, entre outros. Cap-Vert-Communauté Européenne, Document de Stratégie de Coopération pour la période 2001-2007, Apendice 3.

para apoio às epidemias de cólera e intervenção aquando da erupção do vulcão da Ilha do Fogo em 1995 (Document de Stratégie de Coopération, 2000, 19).

Na Declaração sobre a Política de Desenvolvimento, de 10 de Novembro de 2000, a União Europeia estabeleceu a concentração das suas actividades num número limitado de domínios escolhidos em função da sua contribuição para a redução da pobreza. Encontram-se, entre estes, a ligação entre comércio e desenvolvimento, apoio à integração e cooperação regionais, apoio às políticas macroeconómicas, transportes, segurança alimentar, desenvolvimento rural, sectores sociais como saúde e educação e reforço das capacidades institucionais (boa gestão dos negócios públicos e garantia do Estado de Direito). As intervenções comunitárias dirigem-se às necessidades e prioridades assumidas pelo Governo cabo-verdiano apoiando-o nas políticas e acções nacionais.

Ao abrigo do Acordo de Cotonou de 23 de Junho de 2000, para o período 2001-2007, foram atribuídos apoios financeiros no valor de 32 milhões de Euros (envelope A) destinados ao apoio macroeconómico, políticas sectoriais, programas e projectos de apoio no domínio da concentração da ajuda comunitária. Deste montante, 25 milhões de Euros serão dirigidos a intervenções no domínio da distribuição de água e saneamento (sector de concentração) e 7 milhões Euros a acções de acompanhamento. O envelope B, destinado a cobrir situações imprevistas como a ajuda de urgência, apoio na dívida externa e na atenuação dos efeitos resultantes da instabilidade das receitas de exportação, conta com 7,1 milhões de Euros (Document de Stratégie de Coopération, 2000, 7-9).

O sector de concentração (envelope A) é suportado pelo 9º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e destina-se essencialmente à melhoria das capacidades de aprovisionamento de água potável, melhoria do ambiente e das condições sanitárias da população e melhoria do ambiente propício ao desenvolvimento económico e ao investimento privado¹⁹. Para assegurar a viabilidade dos investimentos, o Governo compromete-se a assegurar uma taxa de cobertura da rede de distribuição de água a 30% do território, em 2005, assim como a permitir o acesso à água de toda a população a preços acessíveis e a criar empresas municipais de água. No âmbito destas medidas, o Governo pretende, ainda, alargar a rede de distribuição de água para 60% a 90% nos principais centros urbanos em 2005. De notar que a falta de água tem um efeito directo negativo sobre a educação das crianças pois são elas responsáveis pelo aprovisionamento da água prejudicando o tempo dedicado à escola assim como sobre a saúde pública com o reaparecimento de doenças alimentares e morte infantil (Document de stratégie de coopération, Appendice 8). Os restantes 7 milhões Euros dirigem-se a acções relativas à gestão da ajuda comunitária, reforço do Estado de Direito, gestão dos negócios públicos e reforma da Administração, acções de mobilização da sociedade civil e das colectividades locais (um milhão de Euros) e acções relacionadas com problemáticas transversais como ambiente e género.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) também procedeu a intervenções financeiras nos sectores da energia eléctrica (Electra recebeu um empréstimo de 10,2 milhões de Euros) e infra-estruturas portuárias (o porto de Mindelo recebeu 8,58 milhões de Euros) (Document de Stratégie de Coopération, 2000, 20). Nos últimos cinco anos, o BEI destinou 25.000.000 Euros

¹⁹ 53% da população tem acesso a água potável fornecida por chafariz, 23% a partir de cisternas individuais. 77% da população não dispõe de fossas cépticas nem tem acesso à rede de esgotos.

a Cabo Verde, dos quais 20.000.000 Euros para a modernização de estruturas de tráfego aéreo (novo centro de controlo aéreo na ilha do Sal e extensão da pista de aterragem no aeroporto da Praia) e 5.000.000 Euros para o sector financeiro (BEI, 2004).

A cooperação desenvolvida pelos Estados membros no plano bilateral apresenta importantes contribuições em sectores fundamentais para o crescimento da economia cabo-verdiana e deve-se à Alemanha – água, energia, educação e formação profissional; à Áustria que tem Cabo Verde como destino prioritário da sua ajuda – descentralização, educação e formação, apoio às pequenas empresas; à Bélgica – ajuda alimentar; à França – assistência técnica, ajuda alimentar, bolsas, difusão da língua francesa, micro-projectos de desenvolvimento e infra-estruturas; ao Luxemburgo que concentra o seu apoio em Cabo Verde – infra-estruturas de base (água, saneamento, electrificação rural) saúde, educação e ensino técnico; a Portugal como responsável pela maior ajuda bilateral – apoio institucional, valorização dos recursos humanos, cooperação económica e financeira e apoio ao sector privado; à Holanda – apoio na gestão das despesas públicas e na cooperação económica e à Suécia – apoio ao *Trust Fund* (Document de Stratégie de Coopération, 2000, 20).

A evolução crescente dos diversos indicadores económicos e sociais de Cabo Verde mostra que a trajetória definida pelos governos do PAICV e do MPD se apresenta com uma estratégia de desenvolvimento muito semelhante. A passagem de uma economia planificada para uma economia de mercado e a criação de um sistema multipartidário, respeitador de uma rotatividade política pacífica, permitiram a liberalização económica e a abertura ao exterior, condições essenciais ao sucesso do seu desenvolvimento económico e social.

Cabo Verde continua ainda como um dos países mais atrasados do mundo mas tem conseguido mostrar uma capacidade e determinação evidentes no sentido de uma aproximação aos modelos de desenvolvimento capitalista ocidental destacando-se em todos os indicadores, dos países africanos, seus vizinhos. A correcta gestão e aplicação dos apoios internacionais em articulação com as políticas e estratégias nacionais poderão conduzir Cabo Verde no sentido de um crescimento económico sustentado, tornando-se exemplar no mundo.

Bibliografia

Andrade, Elisa Silva (2002). Cape Verde. In: Patrick Chabal, *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, London, Hurst & Company, Ltd, pp.264-290.

Cap-Vert – Communauté Européenne, Document de Stratégie de Coopération pour la période 2001-2007.

Ferronha, António Luís A. (2001). Cooperação com os Países nas áreas da educação e da formação profissional. In: Moreira, Adriano (coord.). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Instituto Português de Conjuntura Estratégica, Coimbra, Livraria Almedina, pp.123-144.

Torres, Adelino e Ferreira, Manuel Ennes (2001). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: Problemas e perspectivas. In: Moreira, Adriano (coord.). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Instituto Português de Conjuntura Estratégica, Coimbra, Livraria Almedina, pp.23-119.

Documentos na Internet

Cabo Verde, Cooperação portuguesa na área da educação ascende a 27 milhões de Euros”. [Em linha].Disponível em www.noticiaslusofonas.com [consultado em 3.11.2004].

Cabo Verde, Emigrantes em Portugal são os que mais remessas enviam para o país”. [Em linha]. Disponível em www.noticiaslusofonas.com [consultado em 03.11.04].

Cooperação com Cabo Verde, Projectos. [Em linha]. Disponível em www.lux-development.lu [consultado em 01.11.04].

Eurostat, External Trade, Cape Verde, 2003, 15.03.04. [Em linha]. Disponível em www.europa.eu.int [consultado em 03.11.04].

ICEP – Portugal, Ficha de Mercado – Cabo Verde, Julho 2002. [Em linha]. Disponível em www.icep.pt [consultado em 03.11.2004].

Informe sobre el desarrollo humano 2001. [Em linha]. Disponível em www.undp.org [consultado em 03.11.2004].

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, Censo 2000. [Em linha]. Disponível em www.ine.cv [consultado em 03.11.2004].

International Monetary Fund, Cape Verde: Poverty Reduction Strategy Paper, Preparation Status Report, September 2004 (IMF Country Report nº 04/302). [Em linha]. Disponível em www.imf.org [consultado em 06.11.04].

Promex, Projectos de investimento externo aprovados em 2003. [Em linha]. Disponível em www.caboverdeonline.com [consultado em 03.11.04].

UNCTAD, World Investment Report 2004, Country Fact Sheet – Cape Verde. [Em linha]. Disponível em www.unctad.org [consultado em 03.11.2004].